



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

CTPAT

COMISSÃO TRIPARTITE DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR

**47ª Reunião Ordinária da Comissão Tripartite do Programa de Alimentação do
Trabalhador**

Ata da ordem do dia 10 de abril de 2013

1 No dia dez de abril de dois mil e treze, na Sala de Reunião nº 172, Gabinete da Secretaria de
2 Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, Esplanada dos Ministérios, anexo
3 Bloco F, Brasília - Distrito Federal, às dez horas da manhã, foi realizada a Quadragésima
4 Sétima Reunião Ordinária da Comissão Tripartite do Programa de Alimentação do
5 Trabalhador/CTPAT. O Presidente da CTPAT, Sr. Celso de Almeida Haddad, presidiu a
6 reunião, que contou com as seguintes presenças: Sra. Maria Flor de Lys Sousa Lopes,
7 Coordenadora do Programa de Alimentação do Trabalhador/PAT, Sr. Itamar Pedro da Silva,
8 (Ministério da Fazenda), Sra. Patrícia Constante Jaime, (Ministério da Saúde), Sr. Fernando
9 Marçal Monteiro, (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo), Sr.
10 Reinaldo Felisberto Damacena, (Confederação Nacional da Indústria), Sr. Danilo Piva,
11 (Confederação Nacional do Turismo), Sr. Regis Savietto Frati, (Força Sindical); Sr. Nicolino
12 Eugênio da Silva Júnior, (Confederação Nacional das Instituições Financeiras), Sr. Jovenilson
13 Alves de Souza, (Confederação Nacional do Transporte), Artur Bueno de Camargo,
14 (Confederação Nacional do Turismo), Patrícia Chaves Gentil (Ministério do Desenvolvimento
15 Social e Combate à Fome); Carlos Augusto (União Geral dos Trabalhadores); Dayana Pâmela
16 Martins Peixoto (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil); Flávia de Souza Bello
17 (Ministério da Fazenda) e, Sr. Ademir Figueiredo (Departamento Intersindical de Estatística e
18 Estudos Socioeconômicos - DIEESE). **ABERTURA.** Iniciando a reunião, o Presidente do
19 CTPAT, Sr. Celso de Almeida Haddad, falou sobre a revogação da Portaria SIT nº 335/2012 e
20 que o estudo do DIEESE para discussão de nova norma. A seguir, passou a palavra para a
21 Coordenadora do PAT, Sra. Maria Flor de Lys Sousa Lopes, para demais informações, que
22 solicitou aos presentes apresentação dos membros e entidade representada. Na sequência,
23 relatou o **Item Ausências justificadas:** Sr. Carlos César Batista, Ministério do Planejamento
24 Orçamento e Gestão; e Sr. Francisco Canindé Pegado do Nascimento, União Geral dos
25 Trabalhadores. Registrou que ainda não havia recebido as respostas aos ofícios encaminhados
26 às representações solicitando as indicações dos novos membros da Comissão, o que gostaria
27 que fosse atendido com a maior brevidade, haja vista a necessidade de fazer a Minuta de
28 Portaria e encaminhar para o Ministro de Estado do Trabalho e Emprego o Sr. Manoel Dias,
29 proceder as designações e publicação no DOU. Relatou que as instituições a seguir não haviam
30 indicados seus representantes: Ministério da Saúde, Ministérios do Desenvolvimento Social e
31 Combate à Fome, União Geral dos Trabalhadores, Central Geral dos Trabalhadores do Brasil,
32 Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil e Confederação Nacional das Indústrias.
33 Aparteando, o representante da Força Sindical, Sr. Regis Savietto Frati, informou que o Sr.
34 Francisco Canindé Pegado do Nascimento havia sido nomeado Titular da União Geral dos
35 Trabalhadores, com seu suplente pertencente ao Sindicato de Refeições Coletivas do Rio,
36 indicações que deveriam ser recebidas para registro. **Item II Aprovação da Ata da 46º**
37 **Reunião Ordinária da CTPAT.** Após a indicação de algumas alterações na ata anterior, o
38 Presidente esclareceu que as observações seriam corrigidas e o documento encaminhado por e-
39 mail e aprovado na próxima reunião. **Item III Apresentação sobre o PAT.** A Coordenadora
40 discorreu sobre o Programa, conforme solicitação feita pelos representantes da Força Sindical e
41 da Confederação Nacional das Instituições Financeiras. Apresentou todos os dados sobre o
42 PAT, sua gestão, coordenação e características, com adesão voluntária do empregador e
43 prioridade no atendimento aos de baixa renda, conforme definição em lei. Falou sobre as
44 despesas do Programa, compartilhadas por trabalhadores, empregadores e governo e o
45 percentual destinado a cada segmento, bem como sobre seus objetivos, com a última avaliação
46 tendo sido feita em 2004. Após mais algumas colocações, o representante da Força Sindical, o
47 Sr. Regis Frati indagou se a empresa do lucro presumido poderia estar inscrita mesmo sem o
48 benefício fiscal e se o MTE ou o governo teriam os números relativos às mesmas. Questionou
49 se essas empresas que davam o benefício e não estavam inscritas no PAT estariam na
50 ilegalidade. A Coordenadora esclareceu que quando uma empresa concede alimentação sem

51 inscrição no Programa, a fiscalização orienta que se faça a inscrição ou que se recolham os
52 encargos correspondentes, relatando algumas situações ocorridas. O representante da Força
53 Sindical, o Sr. Regis Frati relatou observou que no caso citado em que uma empresa
54 multinacional fornecia excelente alimentação, mas não recolhia os encargos e não tinha
55 inscrição no PAT, indagou qual o procedimento da inspeção do trabalho. A Coordenadora
56 esclareceu que a empresa havia sido notificada a recolher os encargos devidos. O Presidente da
57 CTPAT, o Sr. Celso de Almeida Haddad referiu-se à conversa mantida com a Receita Federal,
58 visando a busca de maiores condições para detectar as irregularidades e melhorar o
59 funcionamento do PAT. O representante da Força Sindical, o Sr. Regis Frati falou sobre uma
60 empresa que fornecia alimentação, mas desconhecia o Programa, indagando se após sua
61 inscrição no PAT poderia ser penalizada pelas ações anteriores. O Presidente da CTPAT, o Sr.
62 Celso de Almeida Haddad respondeu afirmativamente, considerando que a empresa não
63 recolhia os tributos sobre essa parcela de salário que dava aos trabalhadores. O representante
64 da Confederação Nacional das Instituições Financeiras, o Sr. Nicolino Eugênio da Silva Júnior,
65 observou que essa questão havia sido discutida no Conselho de Contribuintes, com o passivo
66 gerado para a empresa a partir do descredenciamento do PAT e não retroativamente, o que
67 precisava ser reformulado e com essa visão dos empregadores sendo colocada nos estudos do
68 DIEESE. Falou sobre as situações encontradas, devendo existir mais publicidade sobre o
69 Programa e com o empregador não podendo alegar desconhecimento da lei e com o
70 descredenciamento não propiciando a retroação, ao que o representante da Força Sindical, m o
71 Sr. Regis Frati ponderou que havia que se analisar caso a caso. O Presidente da CTPAT, o Sr.
72 Celso de Almeida Haddad observou que todo processo de descredenciamento era longo,
73 existindo procedimentos administrativos a serem cumpridos, mas com a empresa tendo amplo
74 direito de manifestação e defesa. O representante da Confederação Nacional das Instituições
75 Financeiras, o Sr. Nicolino Eugênio da Silva Junior ponderou que havia sido dito que as
76 empresas de lucro presumido poderiam se credenciar, mas não teriam direito ao incentivo
77 fiscal, indagando quantas estavam nessa situação. A Coordenadora esclareceu que desde 2008
78 o PAT vinha passando por constantes auditorias, estando na Receita Federal a informação do
79 incentivo fiscal e o número de empresas beneficiária do incentivo. Indicou que todas as
80 empresas inscritas tem direito à isenção de INSS e FGTS, mas que o incentivo fiscal é
81 destinado apenas as empresas tributadas pela lucro real. A Receita Federal alegando sigilo
82 fiscal, não repassa ao órgão gestor a informação dos empregadores beneficiários por CNPJ. O
83 Presidente informou que a Receita Federal tinha um parecer jurídico que impedia a informação
84 por CNPJ, tendo ponderado também ser órgão do Governo Federal, com fiscalização e
85 obrigação de sigilo. Esclareceu que haviam combinado que a Receita Federal encaminharia seu
86 parecer para posterior envio à CONJUR do MTE, fazer contra argumentação jurídica,
87 conseguindo assim o acesso, com o caminho estando aberto para essa discussão. O
88 representante do DIEESE, Sr. Ademir Figueiredo, ressaltou que não queriam o acesso à
89 informação de empresa, mas sim do segmento. Relatou a pesquisa que haviam realizado a
90 respeito do tamanho das empresas cadastradas, observando-se que aproximadamente 50% era
91 de grandes empresas e o restante entre média, pequena e micro. Falou sobre os gastos
92 apresentados. Prosseguindo, o representante do DIEESE informou que iria ao SINDFIS para
93 ver se havia como descobrir o gasto efetivo nas contas publicadas, falando sobre o sistema
94 mediador que registrava as cláusulas de convenções coletivas e como o Programa poderia
95 ajudar. Observou que no banco de dados do DIEESE, a presença do PAT era pequena quando
96 se olhava as cláusulas de convenção coletiva, informação do quadro geral e que ajudaria na
97 discussão. O Presidente relatou como havia solicitado a Receita Federal às informações sobre
98 empresas por município, por CNAE, que se beneficiavam do PAT, dando valores, o que não
99 feria o sigilo fiscal, exceto se houvesse apenas uma empresa no local ou no ramo, podendo
100 melhorar as informações sem ferir e entrar na discussão do sigilo fiscal. O representante da

101 Confederação Nacional das Instituições Financeiras, o Sr. Nicolino Eugênio da Silva Júnior
102 destacou que muitos empregadores facultavam o benefício por força de convenções coletivas
103 de trabalho, ignorando a necessidade de inscrição no Programa para não sofrer a incidência de
104 encargos sobre aqueles valores, problemas que surgiam quando da realização de fiscalização.
105 Sugeriu que as negociações coletivas fossem orientadas a inserir cláusulas referentes ao PAT,
106 com o MTE podendo ajudar nessa questão, corrigindo as existentes e prevenindo o pagamento
107 de encargos por ter feito a concessão fora do Programa. O Presidente da CTPAT, o Sr. Celso
108 de Almeida Haddad falou sobre as dificuldades existentes para fazer uma avaliação individual,
109 sugerindo fosse proposto à Secretaria de Relações do Trabalho, que gerenciava o mediador,
110 que o mesmo ao ser acessado disponibilizasse informações sobre o PAT, discorrendo sobre a
111 importância desses dados. A Coordenadora esclareceu que grande parte dos cancelamentos
112 provinha da não observância do regulamento do PAT pela convenção coletiva. Falou sobre
113 algumas obrigações dos participantes, disposta na Portaria que havia estabelecidos novos
114 parâmetros nutricionais sendo discutida na Comissão e o marco aprovado em 2006, existindo
115 poucos estudos desde então para verificar os impactos dos novos parâmetros estabelecidos pela
116 Portaria Interministerial 66. Observou que a documentação relativa ao PAT deveria ser
117 separada das demais contabilidades da empresa, além de outras ações que levavam à sua
118 penalização. A representante do Ministério da Saúde, a Sra. Patrícia Constante Jaime, falou
119 sobre o valor calórico dos alimentos, indicando o aumento dos custos que a obesidade custava
120 ao SUS, dados que vinham ilustrar a importância da observância dos parâmetros nutricionais.
121 A Coordenadora do PAT apresentou os seguintes dados: a) número de empregadores inscritos:
122 2010, 135.293 mil; e, 2013, 174.621 mil, b) número de trabalhadores beneficiados: 2010,
123 14.160.238 milhões; e, 2013, 16.423.325 milhões; c) empresas fornecedoras, cestas de
124 alimentos, cozinha industrial, refeição transportada: 2010 7.474 mil; e, 2013, 10.954 mil; d)
125 empresas prestadoras de serviço de alimentação coletiva: 2010, 156; e, 2013, 202;
126 nutricionistas responsáveis pelo acompanhamento do PAT: 2010, 11.659 mil; e, 2013, 16.800
127 mil. A Coordenadora do PAT indicou a renúncia fiscal estimada: 2010, R\$ 623 milhões; 2011,
128 R\$ 526 milhões; 2012, R\$ 584 milhões; e, 2013, R\$ 841 milhões. Realizando cálculos, o
129 representante da Confederação Nacional das Instituições Financeiras, o Sr. Nicolino Eugênio
130 da Silva Júnior, destacou que R\$ 52,00 por pessoa por ano era uma pequena quantia. O
131 representante do DIEESE, o Sr. Admir Figueiredo após falar sobre os dados da receita,
132 esclareceu que, considerando a distribuição do Programa entre grande, média e pequena
133 empresa, havia chegado a aproximadamente R\$ 40,00 por trabalhador, projetando-se esse gasto
134 para dois milhões de trabalhadores, com a renúncia fiscal, saindo de 0,0 do PIB para 0,1. O
135 representante da Confederação Nacional das Instituições Financeiras, o Sr. Nicolino Eugênio
136 da Silva Júnior ponderou que uma grande contrapartida da renúncia seria o crescimento da
137 atividade econômica gerada pela expansão do Programa, tendo que se avaliar essa situação. A
138 Coordenadora do PAT esclareceu que ainda não tinham números efetivos, questionando
139 quantos empregos o Programa gerava dados cobrados no último relatório de gestão. Informou
140 que o sistema de adesão era online, discorrendo sobre a facilidade de acesso aos dados
141 existentes atualmente, permitindo conhecer todas as informações sobre o PAT e identificar
142 seus problemas. Falou sobre as dificuldades em criar indicadores para o Programa, o que seria
143 saneado após o estudo do DIEESE. O Sr. Carlos Augusto, Coordenador do escritório da União
144 Geral dos Trabalhadores em Brasília, informou não fazer parte da Comissão, justificando a
145 ausência do representante da entidade, Sr. Francisco Canindé Pegado do Nascimento, e que o
146 ofício com essa indicação havia sido encaminhado por e-mail à Coordenação do Programa de
147 Alimentação do Trabalhador. **Item IV - Apresentação do DIEESE.** O representante do
148 DIEESE, o Sr. Admir Figueiredo, apresentou o andamento do estudo, que poderia ser
149 encerrado na primeira quinzena de abril, considerando a previsão contratual de seis meses.
150 Falou sobre como o trabalho havia sido iniciado, relatando as dificuldades encontradas e a

151 realização de entrevistas e encontros, com boa parte dos temas sendo resolvida. Informou os
152 itens que já estavam prontos e aqueles aos quais deveriam voltar em uma próxima oficina para
153 serem resolvidos, informando a contratação de uma assessoria para auxiliar, tanto no aspecto
154 jurídico como tributário, no trabalho do desenvolvimento do PAT e cuja avaliação seria
155 entregue nessa semana e repassada à bancada dos empregadores. Indicou a realização da última
156 oficina marcada para seis de maio, a partir da qual finalizariam o relatório do trabalho, tratando
157 juntamente com o relatório tributário, da questão da conta pública. O representante do
158 DIEESE, o Sr. Admir Figueiredo, falou sobre a eficácia do Programa e o número de
159 trabalhadores alcançados, esperando entregar o trabalho no próximo mês, conforme acordado.
160 Esclareceu que no mediador poderiam solicitar a baixa de todas as cláusulas que falassem de
161 alimentação, mas observando que o problema estaria na mão de obra para fazer esse trabalho.
162 O Presidente da CTPAT o Sr. Celso de Almeida Haddad, ressaltou que o mediador era da
163 Secretaria de Relação do Trabalho e da qual dependiam. Concluindo, o Coordenador do
164 DIEESE, o Sr. Admir Figueiredo, comunicou que passaria as informações para que fossem
165 analisadas. A representante do Ministério da Saúde, Sra. Patrícia Constante Jaime,
166 identificando-se como pesquisadora da alimentação do trabalhador, solicitou ao DIEESE que o
167 relatório final da pesquisa contemplasse alguns aspectos, informando os estudos feitos sobre a
168 saúde do trabalhador. Indicou todos os aspectos da saúde do trabalhador e que deveriam ser
169 considerados no relatório, destacando seu objetivo de fazer essa promoção, a garantia da
170 segurança nutricional e a prevenção de doenças do trabalhador. O representante da
171 Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, Sr. Fernando Marçal
172 Monteiro, após relatar suas atribuições, ponderou que não seria possível compilar todas as
173 cláusulas no sistema mediador, com a sua entidade tendo uma comissão nacional de
174 negociação coletiva. Informou a criação de um banco de dados de cláusulas negociadas pelo
175 comércio, restrito aos sindicatos e às federações participantes do âmbito da Confederação
176 Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, mas que vinha facilitar o acesso.
177 Registrou que estavam compilando essas cláusulas, o que futuramente seria uma importante
178 contribuição ao Programa. O representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens,
179 Serviços e Turismo, o Sr. Fernando Marçal Monteiro, esclareceu que haviam sido compiladas
180 quatro mil páginas de convenções coletivas no Brasil, com muitas cláusulas sobre o PAT. O
181 representante da Nova Central Sindical de Trabalhadores, Sr. Artur Bueno de Camargo,
182 solicitou esclarecimentos à representante do Ministério da Saúde se essa pesquisa havia sido
183 feita em cima das empresas que aderiram ao programa do PAT. A representante do Ministério
184 da Saúde, a Sra. Patrícia Constante Jaime, esclareceu que eram dois estudos diferentes, o do
185 custo da obesidade era do SUS, não considerando particularmente os trabalhadores
186 beneficiários; e, o outro, com estudo específico feito com a base de informações do Estado da
187 Bahia, separando trabalhadores beneficiários e não beneficiários, estimando a ocorrência de
188 doenças relacionadas à obesidade. Discorreu sobre esse problema, que era uma tendência
189 nacional, mas com o PAT podendo ser um promotor de saúde, questionando o que poderia ser
190 feito para se alcançar esse resultado e que poderia passar as referências necessárias para isso. O
191 representante da Nova Central Sindical de Trabalhadores, o Sr. Artur Bueno de Camargo,
192 destacou que todos estavam empenhados na ampliação do Programa, mas que deveriam estar
193 atentos para não causar prejuízos à saúde do trabalhador. O representante da Força Sindical, o
194 Sr. Regis Frati, observou que se o governo concedesse incentivo fiscal para as empresas de
195 lucro presumido, rapidamente alcançariam 25 milhões de trabalhadores, indicando os valores a
196 serem colocados. Citou a pesquisa relatada pela representante do Ministério da Saúde para
197 saber o nível de desnutrição de quem não recebia o PAT, não sendo de muita importância por
198 ser localizada, sendo os dados nacionais que interessavam. Ponderou que o PAT não concorria
199 para a obesidade, com sua falta causando mais problemas ao trabalhador. O Presidente da
200 CTPAT, destacou que o PAT contava com nutricionistas e defendia a alimentação saudável e

201 balanceada, com um alerta para saber se de fato esses profissionais estariam sendo ouvidos.
202 Observou que aguardavam ansiosamente o relatório do DIEESE no final de maio, tendo que se
203 conversar posteriormente para discutir o trabalho a ser feito. O Presidente da CTPAT, pediu às
204 bancadas que sugerissem frases breves com informações sobre o PAT e que pudessem ser
205 assimiladas pelos usuários, para serem colocadas no mediador quando esse fosse
206 disponibilizado. O representante da Nova Central Sindical de Trabalhadores, o Sr. Artur Bueno
207 de Camargo, solicitou que não fosse nada que impactasse, haja vista a dificuldade em se
208 conquistar alimentação para o trabalhador nas negociações. O Presidente da CTPAT, observou
209 que se pretendia que o empregador buscasse as informações e avaliasse as vantagens
210 existentes, verificando o custo-benefício, com essas informações fazendo com que o
211 empregador se inteirasse das condições do PAT. O representante do DIEESE, o Sr. Admir
212 Figueiredo, destacou que sua entidade não era tradicionalmente ligada à saúde, tendo se
213 inteirado de toda a literatura indicada e de outras, com o relatório devendo registrar a
214 preocupação com a saúde do trabalhador. Destacou que havia que ter cuidado em se ser dada
215 uma interpretação errônea de que era o responsável pela obesidade, a qual era melhor que tratar
216 do que a fome. A representante do Ministério da Saúde, a Sra. Patrícia Constante Jaime,
217 esclareceu que em nenhum momento o Ministério havia culpado o PAT, com sua colocação
218 sendo no sentido de trazer a responsabilidade ao Programa de somar a prevenção das doenças
219 crônicas. A outros esforços da sociedade. O representante do DIEESE, o Sr. Admir Figueiredo,
220 destacou a necessidade de ver o entendimento do governo, com suas campanhas tratando da
221 questão da fome. O representante da Força Sindical, o Sr. Regis Frati, ponderou que o
222 trabalhador que não recebia o PAT comia pior do que quem recebia, o que bastava para se lutar
223 pela ampliação do Programa. Registrou e parabenizou, em nome da Força Sindical, o
224 encaminhamento dado, especialmente pelo Presidente da CTPAT, pela revogação da Portaria
225 335/2012, o que vinha solucionar muitos dos problemas existentes. O representante da
226 Confederação Nacional das Instituições Financeiras, o Sr. Nicolino Eugênio da Silva Júnior,
227 destacou o tema referente à comunicação social do PAT, debatido nos estudos do DIEESE,
228 sendo preciso desenvolver uma agenda para o Programa para que fosse acompanhado de uma
229 iniciativa institucional, levando ao conhecimento de todos os benefícios do PAT. Citou o que
230 havia sido colocado pelo Ministério da Saúde, devendo se evitar a colocação de obesidade
231 ligada ao PAT, justamente no momento em que se procurava sua expansão. Frisou que
232 deveriam dar publicidade ao fato de o PAT estar preocupado com essa questão, destacando que
233 esse problema era detectado nos lares e não nas empresas que optavam pelo Programa.
234 Parabenizou a todos pela forma como haviam solucionado a crise ocorrida na semana anterior,
235 com tudo se resolvendo a contento. A representante do Ministério da Saúde, a Sra. Patrícia
236 Constante Jaime, falou sobre os programas que o Ministério da Saúde tinha com o Ministério
237 da Educação e Cultura, com o chamado “Saúde na Escola” tendo a obesidade infantil como
238 tema da semana de mobilização de quase 50 mil escolas brasileiras em 2012 e 2013, com
239 ampla campanha na mídia. Destacou que não houve intenção de culpar o PAT, tendo que se
240 pensar em um esforço da sociedade brasileira e do Programa para prevenção da obesidade e
241 promoção da saúde do trabalhador, com essa questão sendo prioridade do Ministério da Saúde
242 em função da carga de doença da sociedade pelo excesso de peso. A representante da
243 Confederação Nacional da Agricultura, Sra. Dayana Pâmela Martins Peixoto, falou sobre a
244 alimentação feita em decorrência do ritmo agitado da vida atual, mas o que deveria ser
245 repensado, em prol de uma alimentação saudável e que isso também fosse considerado no
246 PAT, beneficiando o trabalhador. O Presidente da CTPAT, falou sobre a revogação da Portaria
247 nº 335/2012, relatando o cuidado tomado e as discussões realizadas, levando a bom termo essa
248 negociação. Falou sobre o desenvolvimento do PAT, sendo que ademais do governo, que
249 precisava assumir sua responsabilidade, as Centrais e Confederações poderiam ajudar na
250 divulgação e dar conhecimento dos benefícios existentes na concessão de alimentação ao

251 trabalhador. **Encerramento** – Nada mais havendo a tratar, o Presidente da CTPAT declarou
252 encerrada a reunião.

Sr. Celso de Almeida Haddad,
Ministério do Trabalho e Emprego.

Sra. Maria Flor de Lys Sousa Lopes
Ministério do Trabalho e Emprego

Sr. Itamar Pedro da Silva
Ministério da Fazenda

Sr. Patrícia Constante Jaime
Ministério da Saúde

Sr. Regis Saviotto Frati
Força Sindical

Sr. Fernando Marçal Monteiro
Confederação Nacional do Comércio

Sr. Reinaldo Felisberto Damacena
Confederação Nacional da Indústria

Sr. Danilo Piva
Confederação Nacional do Turismo

Sr. Nicolino Eugênio da Silva Júnior.
Confederação Nacional das Instituições Financeiras.

Patrícia Chaves Gentil
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Sr. Jovenilson Alves de Souza
Confederação Nacional do Transporte

Artur Bueno de Camargo
Nova Central Sindical de Trabalhadores

Dayana Pâmela Martins Peixoto
Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil